



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS  
CAMPUS VI - POETA PINTO DE MONTEIRO  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**BÁRBARA SOARES DE OLIVEIRA**

**CONVERGÊNCIA CONTÁBIL AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE  
APLICADA AO SETOR PÚBLICO - NBCASP: Um estudo sobre adoção pelas  
Universidades Públicas da Paraíba**

**MONTEIRO  
2021**

BÁRBARA SOARES DE OLIVEIRA

CONVERGÊNCIA CONTÁBIL AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE  
APLICADA AO SETOR PÚBLICO - NBCASP: Um estudo sobre adoção pelas  
Universidades Públicas da Paraíba

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Graduação em  
Bacharel Ciências Contábeis da  
Universidade Estadual da Paraíba para à  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade  
Pública.

**Orientador:** Prof. Me. José Humberto Nascimento Cruz

**MONTEIRO  
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48c Oliveira, Barbara Soares de.  
Convergência contábil as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCASP [manuscrito] : um estudo sobre adoção pelas universidades públicas da Paraíba / Barbara Soares de Oliveira. - 2021.  
41 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas , 2021.

"Orientação : Prof. Me. José Humberto Nascimento Cruz ,  
Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCHE."

1. Setor público. 2. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP). 3. Balanço patrimonial.  
4. Convergência contábil. I. Título

21. ed. CDD 657.61

## BÁRBARA SOARES DE OLIVEIRA

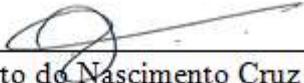
### CONVERGÊNCIA CONTÁBIL AS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO - NBCASP: Um estudo sobre adoção pelas Universidades Públicas da Paraíba

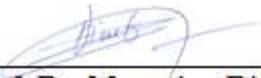
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Bacharel Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba para à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Área de concentração:** Contabilidade Pública.

Aprovada em: 08/10/2021.

#### BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. MSC. José Humberto do Nascimento Cruz (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Mamadou Dieng  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. MSC. Ismael Gomes Barreto  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho ao meu pai, José Dignidon Caldeira de Oliveira (in memoriam), que lutou até o fim de sua vida, e que está presente todos os dias em minha vida através das lembranças, sei que de algum lugar, ele olha por mim. E a minha mãe, Aline, pelo exemplo de coragem e simplicidade, por ser sempre a Rocha firme a sustentar nossa família, que sempre me ensinou o caminho da verdade, da justiça, e da humildade. Dedico a eles com todo meu amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui, principalmente no momento em que nos encontramos desde o ano de 2020, em meio a uma pandemia, mais sempre com a esperança de que dias melhores viram.

A minha família, em geral, mais em especial a minha mãe, Aline, a quem eu sempre me inspirei pra lutar por uma vida melhor, a ela que foi mãe e pai, e nunca deixou a peteca cair, que sempre deu a mim e meus irmãos o que podia de melhor dentro de suas condições, a ela, que teve origem humilde, que batalhou muito na vida, meu muito obrigada mãe, por acreditar que eu iria conseguira, essa conquista não é minha, é nossa.

Agradeço também ao meu marido, Kleber, que sempre me ajudou nos momentos bons e ruins, que sempre contribui positivamente pra que eu chegasse até aqui, sempre me dando força e me incentivando a ir até o fim.

Aos meus amigos, a "minha trupe", onde nenhum jamais largou a mão do outro, a eles que me acolheram em sua turma, quando eu me encontrava totalmente desbloqueada e eles simplesmente me estenderam a mão. Deus sabe que a Cruz é pesada, mais nosso caminho se torna mais fácil quando achamos bons amigos, os quais eu levarei pra vida toda. Em especial, ao meu amigo Rafael, que esta comigo desde o 1º dia dessa jornada acadêmica, onde pudemos compartilhar muitos momentos, foram dias de luta e de glória juntos.

Ao meu orientador, Professor Me. José Humberto, pelo suporte e orientação pra que eu pudesse concluir meu trabalho de conclusão de curso.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração, e em especial ao meu professor e também amigo, Adeilson, que desde a sala de aula onde fui sua aluna, sempre viu em mim, que eu tinha potencial e que poderia ir além, que sempre me deu bons conselhos e me ajudou em momentos bem complicados da vida acadêmica.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar em qual nível de convergência contábil as Universidades Públicas paraibanas estão publicando o seu Balanço Patrimonial? Esta pesquisa se justifica pela grande importância em se conhecer até que ponto as instituições públicas de ensino superiores analisadas conseguiram se adequar aos novos padrões contábeis e quais os pontos que apresentaram menor nível de adequação. Daí se vê a necessidade de um estudo atualizado sobre em que nível essas mudanças vêm sendo incorporadas pelo setor público. Além destes, os estudantes e profissionais da contabilidade devem conhecer as normas, manuais, leis e decretos que estejam voltadas para normalização das informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro. Metodologicamente a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva, com análise documental desenvolvido por meio de um check-list para avaliação das Demonstrações Contábeis Obrigatórias, elaborado com base nas exigências das NBCASP, como também sendo pesquisa quantitativa, pois foi realizado cálculos através das análises de índices das demonstrações contábeis. Por fim, para atingir tal finalidade, utilizou-se de conceitos e técnicas de levantamento (documental). Quanto aos resultados obtidos foi possível conhecer o nível de convergência alcançado – NCA, por partes das NBCASP, onde demonstraram que apesar das exigências de adoção às Normas e dos prazos estabelecidos pela STN, o nível de convergência das instituições públicas de ensino superior se encontra com um nível médio de convergências. Onde obteve um resultado satisfatório na pesquisa, perfazendo-se em um nível médio de convergência de 81,25%. Os resultados indicam que as instituições públicas de ensino superior ainda não conseguem evidenciar em sua totalidade as demonstrações contábeis no tocante ao Balanço Patrimonial, os fatos que afetam o patrimônio e suas mutações, ferindo assim o princípio da competência.

**Palavras-chave:** Convergência Contábil. Setor Público. NBCASP. Divulgação.

## ABSTRACT

This paper seeks to analyze at what level of accounting convergence the Public Universities of Paraíba are publishing their Balance Sheet? This research is justified by the great importance in knowing to what extent the analyzed public higher education institutions were able to adapt to the new accounting Standards and which points showed a lower level of adequacy. Hence, there is a need for an updated study of the extent to which these changes are being incorporated by the public sector. In addition to these, accounting students and professionals must know the rules, manuals, laws and decrees that are aimed at standardizing accounting and tax information in the Brazilian public sector. Methodologically, the research is classified as exploratory and descriptive, with documental analysis developed through a checklist for evaluating the Mandatory Financial Statements, prepared based on the requirements of NBCASP, as well as being quantitative research, as calculations were performed through the analysis of indices of the financial statements. Finally, to achieve this purpose, survey concepts and techniques (documentary) were used. As for the results obtained, it was possible to know the level of convergence achieved - NCA, by the NBCASP, where they demonstrated that despite the requirements for adopting the Norms and the deadlines assumed by the STN, the level of convergence of public higher education institutions is at an average level of convergence. Where obtained a satisfactory result in the research, making up an average level of convergence of 81.25%. The results indicate that public institutions of higher education are still unable to fully disclose the financial statements regarding the Balance Sheet, the facts that affect equity and its changes, thus violating the principle of competence.

**Keywords:** Accounting Convergence. Public Sector. NBCASP. Disclosure

## LISTA DE QUADROS E ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	17
Quadro 2 - NBC TSP – do Setor Público .....	18
Quadro 3 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Edições.....	18
Quadro 4 - Artigos sobre pesquisas relacionados ao tema.....	22
Figura 1 – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).....	25
Figura 2 – Universidade Federal da Paraíba (UFPB).....	26
Figura 3 – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).....	23
Figura 4 – Instituto Federal da Paraíba (IFPB).....	23

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13- Item 7 .....	31
Tabela 2 – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13- Item 9 .....	31
Tabela 3 – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13- Item 10.....	32
Tabela 4– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 - Item 13.....	32
Tabela 5 – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 - Item 15.....	33
Tabela 6– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 - Item 16.....	33
Tabela 7– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 17.....	35
Tabela 8– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 18.....	35
Tabela 9– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 19.....	35
Tabela 10– Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 41.....	36
Tabela 11– Nível de Convergência Geral das Universidades Públicas paraibanas .....	36

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

- BF- Balanço Financeiro
- BP- Balanço Patrimonial
- BO- Balanço Orçamentário
- CFC- Conselho Federal de Contabilidade
- CRC- Conselho Regional de Contabilidade
- DFC- Demonstração do Fluxo de Caixa
- DMPL- Demonstração de Mutação do Patrimônio Liquido
- DVP- Demonstração de Variação Patrimonial
- IFAC- International Federation of Accountants
- IFPB- Instituto Federal da Paraíba
- IPSAS-International Public Sector Accountants Standards
- LRF- Lei de Responsabilidade Fiscal
- NBCASP- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
- MCASP- Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público
- NCA- Nível de Convergência Alcançada
- NPM- New Public Management
- PCASP- Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
- PIPCP- Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais
- PPA- Plano Plurianual
- STN- Secretária do Tesouro Nacional
- UEPB- Universidade Estadual da Paraíba
- UFF- Universidade Federal Fluminense
- UFCG- Universidade Federal de Campina Grande
- UFPB- Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil</b> .....	<b>13</b>
2.1.1	<i>A nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público brasileiro</i> .....	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.</b> .....	<b>16</b>
<b>2.3</b>	<b>Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)</b> .....	<b>19</b>
2.3.1	<i>Balanco Patrimonial</i> .....	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>Estudos relacionados ao tema</b> .....	<b>24</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>27</b>
3.1	Tipologia de pesquisa.....	<b>27</b>
3.2	Universo, população e amostra. ....	<b>28</b>
3.3	Varição da Pesquisa.....	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>37</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>38</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade pública no Brasil vem sofrendo um processo de mudanças nos últimos anos seja na cultura da contabilidade governamental brasileira ou nas exigências para adequação das leis e regulamentos que regem esta área do conhecimento. Assim, foram criados modelos em contabilidade envolvendo os órgãos e entidades pertencentes à Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal, onde todas as mudanças só podem ser determinadas e realizadas com base em uma lei, pois se deve haver uma legalidade que valide o valor no mundo jurídico (COSTA; NUNES; ALMEIDA, 2016).

Essa situação levou a uma nova forma de lidar com as informações contábeis pelas empresas e pelas unidades governamentais, pois havia a necessidade de informações confiáveis e comparáveis, para construção da situação real das empresas, quanto a seus investimentos, patrimônio e outros.

Para ter uma normatização, deveriam existir normas que conceituassem e apontassem caminhos a serem seguidos por todos para obter um desempenho e uma eficácia nos serviços contábeis. Assim, criaram-se as normas, manuais, decretos e leis que estivessem voltados para este setor.

De acordo com Almeida et al. (2016) no Brasil as principais normas internacionais de contabilidade que são recorrentes para se regularizar e se ter transparência é a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). Estes documentos são normas contábeis públicas que são utilizados em diferentes países, e correspondem a uma reforma contábil bastante ampla, que ficou conhecido como *New Public Management* (NPM), que teve o intuito de gerenciar a contabilidade pública, priorizando o trabalho das atividades governamentais.

As NBCASP servem para padronizar os conceitos, diretrizes e métodos contábeis, para estar de acordo com as normas internacionais, com uma contabilidade que seja igualitária, uniforme, de acordo com a federação, e resgatando o teor da contabilidade patrimonial (ARAÚJO, 2018). Já o MCASP é um documento que apresenta um processo de elaboração e execução do orçamento no setor público, principalmente focando na determinação do patrimônio.

A contabilidade nesse sentido atuará sobre informações requeridas por seus usuários, para posterior análise das demonstrações contábeis que deve estar de

acordo com os padrões internacionais, baseando-se no Plano de Contas Nacional (TESOURO NACIONAL, 2019).

É neste cenário que órgãos públicos federais, estaduais e municipais, bem como órgãos de controle externos e reguladores do processo de convergência devem lidar com esta atualização e normatização, de modo a estarem dentro dos padrões internacionais estabelecidos.

Assim, emerge a necessidade de se realizar uma pesquisa que demonstre se os órgãos públicos vêm se adequando às novas exigências internacionais. Com isso, esta pesquisa consiste em responder a seguinte questão: **A partir de critérios e quesitos previamente estabelecidos, em qual nível de convergência contábil as Universidades Públicas paraibanas estão publicando o seu Balanço Patrimonial?** Buscando responder essa problemática, essa pesquisa tem como objetivo geral Analisar se as Universidades Públicas paraibanas estão publicando o balanço patrimonial de acordo com a NBCASP. E tendo como objetivos específicos:

- Avaliar o nível de conformidade entre os Balanços Patrimoniais das Universidades Públicas paraibanas com o que as NBCASP apresentam quanto à divulgação desse demonstrativo;
- Comparar as semelhanças e diferenças na evidenciação das informações divulgadas pelas instituições.

Atualmente, existem padrões contábeis brasileiros modernos que descrevem procedimentos que devem ser seguidos pelos profissionais, para dá maior confiabilidade e agilidade nos procedimentos realizados, como em demonstrativos contábeis, que deve conter informações úteis para tomada de decisões, prestação de contas e controle social.

Nesta situação, existe uma adequação destes profissionais e dos ser serviços quanto às normas internacionais de contabilidade. Este fato resulta em uma mudança organizacional e metodológica do trabalho do contador, em sua cultura em geral, pois a padronização requer conhecimento e adequação quanto às contas e os procedimentos contábeis para gerar informações diversas.

Os órgãos públicos federais, estaduais e municipais devem conhecer a convergência das normas internacionais de contabilidade, pois aquelas que possuem certa dificuldade em produzir informações contábeis, devem se capacitar para estar de acordo com as normas internacionais.

A relevância desse estudo se dá pela importância da “nova contabilidade pública” para a sociedade brasileira, pois com o seu alinhamento ao movimento de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, passa a ter como principal foco o que sempre foi considerado o principal objeto de estudo da ciência contábil, o patrimônio, no caso o patrimônio público. Esta pesquisa se justifica nesse segmento, considerando que as universidades públicas paraibanas, além de terem como foco a pesquisa e inovação, assim como serem disseminadoras de conhecimento para a sociedade, são contempladas com consideráveis montantes de recursos orçamentários governamentais. Quanto à escolha das Universidades Públicas paraibanas se deu por serem instituições de extrema importância para a sociedade, tendo em vista a função social que desempenha. Por tais razões, é pertinente demonstrar sua situação de conformidade no que tange à aplicação das Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção o trabalho tem o objetivo de apresentar aspectos relacionados às demonstrações contábeis aplicadas ao setor público, que, representam o principal veículo de comunicação acerca da situação patrimonial de uma entidade.

Exibe-se, ainda, breve contexto sobre a Contabilidade Pública, no processo de convergência das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), e as principais alterações ocorridas na Contabilidade, em especial quanto às demonstrações contábeis.

### 2.1 Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil

A estrutura legal no Brasil conta com uma composição que envolve dois sistemas: *Common Law* (visão não legalística) e *Code Law* (visão legalística) que faz parte do sistema legal vigente no Brasil, e influencia diretamente na profissão contábil e nas normas diretamente ligadas a seus serviços. Estas leis são determinadas a partir dos atos da aprovação do Poder Público, discutidas antecipadamente, aprovadas pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo. Posteriormente são vigoradas por meio de leis, adotadas e respeitadas em órgãos e entidades da administração pública e privada (COSTA; NUNES; ALMEIDA, 2016).

O mesmo acontece com a contabilidade pública no Brasil, onde os processos de mudanças antes de serem sancionadas e transformadas em leis passam por um período de estudo e discussão, sejam em criação de comitê de convergências, audiências públicas publicação de decreto e portarias que regulamentam as mudanças.

Santana (2016) afirma que a contabilidade pública atualmente está passando por novas mudanças e práticas para a contabilidade aplicada ao setor público, onde estas ações são realizadas para melhor gerir administração do bem público. A União está sempre a frente de planejar e se adequar as novas normas internacionais, modificando os sistemas de informações e na preparação do profissional contábil.

Almeida et al. (2016) destaca que até então não se existia interesses de registrar as receitas e despesas a partir de um regime de competências, utilizado com maior frequência na contabilidade empresarial, mas após o interesse e as novas exigências internacionais, passou-se a ter maior apressamento sobre a

contabilidade patrimonial e as novas normas de contabilidade para o setor público. Porém, tudo está vinculado à contabilidade pública. .

Nesse sentido, a contabilidade pública tem por finalidade controlar, prever, escriturar e interpretar os atos e fatos da gestão pública, e dessa forma é aplicada nos três níveis de governo, na esfera Federal, distrito federal, estadual, municipal, fundações e autarquias (SANTANA, 2016).

### 2.1.1 A nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público brasileiro

Para uma maior convergência das normas internacionais, o Brasil vem adotando desde o início do século XXI normas e procedimentos contábeis, tanto para as empresas, quanto para entidades públicas, para criar e recriar novos procedimentos técnicos já emitidos nacionalmente, para melhoria da normatização do assunto em nosso país (ALMEIDA et al., 2016).

As mudanças das leis e normas internacionais no Brasil para convergência da contabilidade pública ocorreu após a edição da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras.

De acordo com Costa, Nunes e Almeida (2016) esta lei contribuiu diretamente para padronizar a contabilidade privada brasileira aos padrões internacionais, porém, sabia-se que os processos de convergência do setor público ou no privado, tinham suas particularidades funcionais.

Após esta primeira mudança, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou o Comitê Gestor da Convergência no Brasil para dá maior atenção e proweniências para a convergência das normas brasileiras de contabilidade, visando os padrões internacionais, emitidas pelo próprio CFC (que são as NBC TSP) e pelo *International Federation of Accountants* - IFAC (que são as *International Public Sector Accounting Standards* - IPSAS) (COSTA; NUNES; ALMEIDA, 2016).

No ano de 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) foi determinada para edição de manuais, normativos e instruções sobre os procedimentos contábeis e o desenvolvimento de um plano de conta único que envolvesse a União, Estados,

distrito Federal e Municípios. Esta responsabilidade foi decretada por meio da Portaria do Ministério da Fazenda nº 184/2008.

Para auxiliar a STN foi aprovada no dia 21/11/2008 na plenária do CFC as Normas de Contabilidade aplicada ao Setor Público (NBCASP), que são um total de 11, dispostos como as NBS 16.1 a 16.11.

Almeida et al. (2016) afirmam que a partir das NBCASP, com intuito da internacionalização das normas contábeis no setor público, é dado maior evidencia aos demonstrativos contábeis de uma contabilidade patrimonial. Assim, criam-se registros contábeis públicos com competências para a receita e despesas, todas as transações registradas durante o ano ou um período, independente da entrada e saída da caixa no setor público.

Muito embora exista a obrigatoriedade de cumprimento das NBCASP por parte dos contadores de entes públicos, muitos serão os desafios a serem vencidos para tal adaptação, tal como uma mudança de um perfil cultural dentro da administração pública, por exemplo. Outras dificuldades residem na pouca quantidade de investimentos por parte dos entes na qualificação do pessoal responsável por tal processo e não dissociação do controle patrimonial do orçamentário, entre outros (ALMEIDA et al., 2016, p. 85).

Muitas são as dificuldades descritas pelos autores, mas os contadores devem ter em mente a importância destas normas para estarem em constante atualização e conformidade com a contabilidade internacional no setor público.

Já no ano seguinte, com a Portaria 467/09 aprovou-se o Manual de Contabilidade Aplicado Ao Setor Público (MCASP). Este manual, de acordo com Costa, Nunes e Almeida (2016) apresenta diversas recomendações, e como principais tem: Procedimentos Contábeis Orçamentários; Procedimentos Contábeis Patrimoniais; Procedimentos Contábeis Específicos; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, para auxiliar os Entes Federados no processo de convergência da contabilidade pública.

Atualmente muitas versões dos manuais e normas foram criadas e sancionadas no Brasil, para se ter um sistema de informação contábil relacionado ao setor público brasileiro, com integração de informações macroeconômicas e consolidação das contas nacionais.

O Conselho federal de Contabilidade (CFC) apresentou no início do ano de 2019 que o departamento de Contabilidade dos estados, Distrito Federal, municípios

e órgãos da União já podem consultar a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que foi publicado pelo Tesouro Nacional (STN) no dia 19 de dezembro do último ano. Tal documento faz parte de um registro de aprovação e execução de orçamento, dando destaque aos objetos da contabilidade vinculado ao referido setor: o patrimônio; tudo de acordo com as normas internacionais e com foco na legislação nacional vigente e os princípios da Ciência Contábil (CFC, 2019).

Os padrões e normas que fazem parte da legislação contábil que estão de acordo com normas internacionais de contabilidade, que envolvem os contadores da área pública e as novas exigências da sociedade, que requerem maximização e transparência no setor público, bem como no privado.

## **2.2 Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.**

Segundo Cabello, Bilancieri e Azevedo (2019), até o advento do processo de convergência das normas contábeis, o cenário era de uma contabilidade voltada ao aspecto orçamentário em detrimento do aspecto patrimonial. Para Aquino e Neves (2019), a harmonização da contabilidade pública no Brasil aos padrões internacionais recupera a obrigatoriedade do uso de registros patrimoniais (além dos orçamentários), o que estava parcialmente previsto na Lei nº. 4.320/1964.

De acordo com o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP), anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, o CFC é o responsável pela edição das normas contábeis, as quais devem estabelecer a base conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil e a STN é a responsável pela edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), que busca orientar a implantação das NBC TSP com vistas à consolidação das contas públicas em observância aos mandamentos da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, as primeiras Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público tiveram início em 2008 com a edição e publicação destas pelo CFC. Os dados estão apresentados no Quadro 1:

**Quadro 1** - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

<b>Normas</b>	<b>Resoluções</b>	<b>Tema</b>	<b>Vigência</b>	<b>Data da</b>
---------------	-------------------	-------------	-----------------	----------------

	<b>CFC</b>		<b>obrigatória</b>	<b>Revogação</b>
NBC T 16.1	1.128/08	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação.	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.2	1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.3	1.130/08	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.4	1.131/08	Transações no Setor Público	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.5	1.132/08	Registro Contábil	01/01/2010	01/01/2017
NBC T 16.6	1.133/08	Demonstrações Contábeis	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.7	1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	01/01/2010	01/01/2021
NBC T 16.8	1.135/08	Controle Interno	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.9	1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão.	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.10	1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	01/01/2010	01/01/2019
NBC T 16.11	1.366/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	01/01/2012	-

Fonte: CFC (2021).

A partir de 2016, o CFC passou a realizar o processo de convergência de forma individual para cada IPSAS (Santos & Peixe, 2020), emitindo neste ano cinco normas, com vigência para 2017, e revogando as NBC T 16.1 até 16.5. No ano de 2017, foram emitidas cinco normas, com vigência para 2019, e revogando as NBC T 16.9 e 16.10. Já em 2018, foram emitidas onze normas, com vigência para 2019 e 2021, e revogadas as NBC T 16.6 e 16.8, com indicação implícita de revogação da NBC T 16.7 para 2021. Em 2019, foram emitidas outras cinco normas, com vigência para 2021. Em 2020, foram emitidas três normas, com vigência para 2022, totalizando assim uma convergência de 29 IPSAS. A NBC T 16.11, editada em 2011 e que trata do tema custos, ainda permanece vigente. Os dados estão apresentados no quadro 2:

**Quadro 2 - NBC TSP – do Setor Público**

<b>Normas</b>	<b>Emissão</b>	<b>Nome da Norma</b>	<b>IPSAS</b>	<b>Vigência</b>
NBC TSP 01	28/10/2016	Receita de Transação sem Contraprestação	IPSAS 23	01/01/2017
NBC TSP 02	28/10/2016	Receita de Transação com Contraprestação	IPSAS 09	01/01/2017
NBC TSP 03	28/10/2016	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IPSAS 19	01/01/2017
NBC TSP 04	06/12/2016	Estoques	IPSAS 12	01/01/2017
NBC TSP 05	06/12/2016	Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente	IPSAS 32	01/01/2017
NBC TSP 06	28/09/2017	Propriedade para Investimento	IPSAS 16	01/01/2019
NBC TSP 07	28/09/2017	Ativo Imobilizado	IPSAS 17	01/01/2019
NBC TSP 08	28/09/2017	Ativo Intangível	IPSAS 31	01/01/2019
NBC TSP 09	28/09/2017	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa	IPSAS 21	01/01/2019
NBC TSP 10	28/09/2017	Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa	IPSAS 26	01/01/2019
NBC TSP 11	31/10/2018	Apresentação das Demonstrações Contábeis	IPSAS 01	01/01/2019

NBC TSP 12	31/10/2018	Demonstração dos Fluxos de Caixa	IPSAS 02	01/01/2019
NBC TSP 13	31/10/2018	Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis	IPSAS 24	01/01/2019
NBC TSP 14	31/18/2018	Custos de Empréstimos	IPSAS 05	01/01/2019
NBC TSP 15	31/18/2018	Benefícios a Empregados	IPSAS 39	01/01/2019
NBC TSP 16	31/18/2018	Demonstrações Contábeis Separadas	IPSAS 34	01/01/2021
NBC TSP 17	31/18/2018	Demonstrações Contábeis Consolidadas	IPSAS 34	01/01/2021
NBC TSP 18	31/18/2018	Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	IPSAS 36	01/01/2021
NBC TSP 19	31/18/2018	Acordos em Conjunto	IPSAS 37	01/01/2021
NBC TSP 20	31/18/2018	Divulgação em Participações em Outras Entidades	IPSAS 38	01/01/2021
NBC TSP 21	31/18/2018	Combinações no Setor Público	IPSAS 40	01/01/2021
NBC TSP 22	28/11/2019	Divulgação sobre Partes Relacionadas	IPSAS 20	01/01/2021
NBC TSP 23	28/11/2019	Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IPSAS 03	01/01/2021
NBC TSP 24	28/11/2019	Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	IPSAS 04	01/01/2021
NBC TSP 25	28/11/2019	Evento Subsequente	IPSAS 14	01/01/2021
NBC TSP 26	28/11/2019	Ativo Biológico e Produto Agrícola	IPSAS 27	01/01/2021
NBC TSP 27	04/11/2020	Informações por Segmento	IPSAS 18	01/01/2022
NBC TSP 28	04/11/2020	Divulgação de Informação Financeira do Setor Governo Geral	IPSAS 22	01/01/2022
NBC TSP 29	04/11/2020	Benefícios Sociais	IPSAS 42	-

Fonte: CFC (2021)

Dessa forma, após a edição e publicação da NBC TSP pelo CFC, no passo seguinte a STN foi implantar a norma na esfera federal e, por meio da inclusão do seu conteúdo no MCASP, leva o normativo de forma prática para implantação nos demais entes federados. A STN editou entre 2008 e 2019 oito manuais de contabilidade. Os dados estão apresentados no quadro 3:

**Quadro 3 - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – Edições**

Edição	Ano da edição	Vigência
1º	2008	2009
2º	2009	2010
3º	2010	2011
4º	2011	2012
5º	2012	2013
6º	2014	2015
7º	2016 e 2017	2017
8º	2018	2019

Fonte: Santos & Peixe (2020)

Assim, é possível observar que o processo de convergência, iniciado em 2008, e com edição de normas específicas das IPSAS a partir de 2016, ainda não está concluído, existindo onze normas a serem convergidas, e com algumas normas editadas com prazos até 2022 para aplicação.

### **2.3 Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP)**

Anteriormente ao início do processo de convergência, o modelo contábil adotado no Brasil pela União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios, eram alimentados pelos regulamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 4.320/64, que no Art. 101, determina que os resultados do exercício sejam expostos no balanço orçamentário, financeiro, patrimonial e na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Visando uma padronização nas demonstrações contábeis publicadas pelos entes públicos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) publicou a NBC TSP 16, que trata da função e estrutura das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. As atualizações que contemplavam a lei nº 4.320/64 eram de responsabilidade do conselho técnico de Economia e Finanças. Na atualidade, tais funções são exercidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e incluídas no Manual de Contabilidade Aplicada no Setor Público (MCASP), sendo a sua competência determinada pela Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) de consolidação das contas públicas, nacionais e por esfera de governo.

Neste sentido, as demonstrações contábeis têm por objetivo evidenciar todas as informações acerca do patrimônio de determinada entidade. O item 21 da NBC TSP 11 prevê quais as demonstrações que compõem o conjunto completo de demonstrações contábeis e esclarece que tais demonstrações podem ter outras nomenclaturas definidas conforme normas específicas ou de acordo com a legislação aplicável, desde que evidenciem as informações conforme seus dispositivos e das demais NBC TSP. É o caso, por exemplo, da Demonstração do Resultado e da Demonstração de Informações Orçamentárias, as quais, em decorrência da legislação brasileira são denominadas Demonstração das Variações Patrimoniais e Balanço Orçamentário, respectivamente.

Oliveira e Lemes (2011) diz que a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade implica a elaboração de demonstrações financeiras seguindo todos os aspectos estabelecidos nas Normas. Bezerra Filho (2015 p. 377) pontua as Demonstrações Contábeis das entidades definidas no campo da Contabilidade Aplicada ao Setor Público como sendo: (a) Balanço Patrimonial; (b) Balanço Orçamentário; (c) Balanço Financeiro; (d) Demonstração das Variações Patrimoniais; (e) Demonstração dos Fluxos de Caixa; (f) Demonstração das

Mutações do Patrimônio Líquido (Incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13); e (g) Notas Explicativas. (Incluída pela Resolução CFC nº 1.437/13).

Para Piscitelli e Timbó (2014), o balanço patrimonial demonstra que todas as contas evidenciam o Ativo e Passivo. Demonstrando a parte positiva, está o Ativo representado por bens e direitos; já o passivo é representado pelas obrigações a terceiros. O equilíbrio numérico é estabelecido pelo saldo positivo e negativo das contas patrimoniais.

No Balanço Orçamentário são demonstradas as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, com especificação para previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e saldo. As despesas são demonstradas através de categoria econômica e natureza da despesa, especificando a dotação inicial, dotação atualizada, despesas empenhadas, despesas liquidadas, despesas pagas e o saldo da despesa (STN, 2018). O Balanço Orçamentário é elaborado pelo regime orçamentário previsto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e pertencem ao exercício financeiro as receitas realizadas e as despesas legalmente empenhadas (Brasil, 1964). O Balanço Orçamentário está previsto no art. 102 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 13 do CFC.

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte (STN, 2018). O Balanço Financeiro está previsto no art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial do exercício (STN, 2018). A Demonstração das Variações Patrimoniais está prevista no art. 104 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 11 do CFC.

Demonstração dos Fluxos de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades, além do modo que os

recursos de caixa foram utilizados (STN, 2018). A Demonstração dos Fluxos de Caixa está prevista na NBC TSP 12 do CFC.

Para Rosa (2011), o propósito da DFC é permitir aos cogitar cenários de “fluxo de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos”.

A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido demonstrará a evolução do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido, junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários, agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade (STN, 2018). A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido é abordada na NBC TSP 11 do CFC.

Ressalta-se que a Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido é obrigatória para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas e facultativas para os demais órgãos e entidades dos entes da Federação.

As Notas Explicativas são informações adicionais e é considerada parte integrante das DCASP. O objetivo é facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários. Contém informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações contábeis (STN, 2018). As Notas Explicativas estão previstas na NBC TSP 11 do CFC. Martins, Miranda e Diniz (2020) ressaltam que as Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis previstas na legislação e nas normas contábeis que podem estar expressas na forma descritiva, ou na forma de quadros analíticos que sejam necessárias ao completo esclarecimento da situação econômico~ financeira da entidade.

Nesta investigação as demonstrações contábeis selecionadas para realizar a análise econômico-financeira são o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais e o Balanço Orçamentário, por meio de indicadores selecionados de autores que são desenvolvidos na seção seguinte.

### *2.3.1 Balanço Patrimonial*

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (STN, 2019). O Balanço Patrimonial está previsto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964 e na NBC TSP 11 do CFC.

O Balanço Patrimonial é estruturado em ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo é composto pelos bens, direitos e outros recursos da entidade que geram ou ajudam a gerar caixa.

Martins, Miranda e Diniz (2020) explicam que o ativo pode ser conceituado como recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade. O ativo é estruturado em ativo circulante e ativo não circulante.

O ativo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: espera-se que esse ativo seja realizado, ou pretende-se que seja mantido com a finalidade de ser vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; o ativo está mantido essencialmente com a finalidade de ser negociado; espera-se que o ativo seja realizado em até doze meses; ou o ativo seja caixa ou equivalente de caixa Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2019).

O ativo não circulante é estruturado em ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível. No ativo realizável a longo prazo são classificados os direitos realizáveis após o ciclo operacional da entidade, os empréstimos ou adiantamentos concedidos às sociedades coligadas ou controladas, a diretores e acionistas.

Nos investimentos são classificadas as participações em outras entidades e ativos que não se destinam à atividade operacional da entidade. No Imobilizado são classificados os direitos e ativos corpóreos de permanência duradouros destinados às atividades operacionais da entidade.

No Intangível são classificados os direitos que tenham por objeto ativos incorpóreos destinados à atividade operacional da entidade ou exercidos com essa finalidade (Martins, Miranda, & Diniz, 2020).

O passivo é composto pelas obrigações da entidade. Martins, Miranda e Diniz (2020) afirmam que o passivo pode ser conceituado como as obrigações presentes

da entidade, derivadas de eventos já ocorridos, cujas liquidações se espera que resultem em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

O passivo é estruturado em passivo circulante e passivo não circulante. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer a qualquer dos seguintes critérios: espera-se que o passivo seja exigido durante o ciclo operacional normal da entidade; o passivo está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; o passivo deve ser exigido no período de até doze meses; ou a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses (CFC, 2019).

No passivo não circulante são classificadas as obrigações exigíveis após o ciclo operacional da entidade. O patrimônio líquido é o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos, e quando o valor do passivo é maior do que o valor do ativo denomina-se passivo a descoberto.

Kohama (2015) afirma que o patrimônio líquido é composto pelo patrimônio social das autarquias, fundações, fundos e o capital social das demais entidades da administração indireta, e também os resultados acumulados que são os saldos remanescentes dos superávits ou déficits acumulados da administração direta, autarquias, fundações e fundos.

O Balanço Patrimonial também apresenta o ativo financeiro, ativo permanente, passivo financeiro, passivo permanente e saldo patrimonial previsto no art. 105 da Lei nº 4.320/1964. As definições de ativo financeiro e passivo financeiro são utilizadas para apurar o superávit financeiro previsto no art. 43 da Lei nº 4.320/1964 (Brasil, 1964)

A seguir, no Quadro 4, estão alguns itens mais relevantes quanto à divulgação, e também, mais especificamente, acerca do Balanço Patrimonial:

**Quadro 3** – Itens da NBC TSP 11 e 13 sobre divulgação do Balanço Patrimonial

Item 7	As demonstrações contábeis devem ser divulgadas com a apresentação dos valores correspondentes ao período anterior.
Item 9	Para fins de publicação, as demonstrações contábeis podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada.
Item 10	Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que

	lhes deram origem.
Item 13	No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.
Item 15	Os ativos devem ser classificados como “circulante” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: (a) estarem disponíveis para realização imediata; (b) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.
Item 16	Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.
Item 17	Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios: (a) corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis; (b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.
Item 18	Os demais passivos devem ser classificados como não circulante.
Item 19	As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.
Item 41	As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Fonte: Adaptado de NBC TSP 11 e 13 (2021).

## 2.4 Estudos relacionados ao tema

O desenvolvimento da pesquisa se deu através da leitura de estudos que apresentaram objetos de análise relacionada à convergência da Contabilidade Pública as Normas Internacionais, como também a estrutura das demonstrações contábeis. O quadro apresentado a seguir, apresenta os estudos que contribuíram para o delineamento da pesquisa.

**Quadro 4** - Artigos sobre pesquisas relacionados ao tema.

Autores/ Ano	Tema	Objetivo da pesquisa	Resultados
--------------	------	----------------------	------------

<p><b>MOREIRA, CORRÊA E ALENCAR (2015)</b></p>	<p>CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS: um estudo da adoção no imobilizado e intangível nas universidades federais brasileiras</p>	<p>Investigar o estágio de efetividade da convergência concernente ao Imobilizado e Intangível no âmbito das Universidades Federais brasileiras.</p>	<p>Os resultados consolidados revelaram que o estágio de efetividade da convergência dos critérios examinados encontra-se em apenas 51,1% das instituições, inobstante o dever de observância obrigatória de tais critérios até o final de 2014.</p>
<p><b>PIETRO E MARTINS (2015)</b></p>	<p>ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA NO BRASIL: uma análise nos demonstrativos da união no triênio 2010 a 2012</p>	<p>Identificar e analisar o nível de adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, NBC – 16, nos balanços da União, no triênio de 2010 a 2012.</p>	<p>Constatou-se também que a forma de adoção está acontecendo de forma gradativa ao longo dos anos. De acordo com a legislação brasileira, o prazo final para adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, expira-se em 2014.</p>
<p><b>CASTRO (2016)</b></p>	<p>CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS: análise da evidenciação pelos estados brasileiros e pelo Distrito Federal</p>	<p>Buscar evidências que permitam identificar se determinadas características dos 25 Estados brasileiros e do Distrito Federal podem ser determinantes no nível de <i>disclosure</i> conforme exigido pela adoção dessas normas, em consonância com o processo de convergência ao padrão internacional de contabilidade pública.</p>	<p>Os resultados da análise de regressão múltipla permitiram identificar as características explicativas do ID e responder à questão de pesquisa levantada no estudo. Assim, observou-se que, para os entes públicos analisados, o seu tamanho, composto pelas variáveis Receitas Orçamentárias, Transferência de Recursos da União para os Estados e População, pode ser considerado uma característica explicativa do ID conforme as NBCASP a um nível de significância de 10%, demonstrando que entes públicos de maior tamanho, apresentam melhores índices de divulgação.</p>
<p><b>ROSA ET AL. (2018)</b></p>	<p>CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: Um Estudo de Caso na Universidade Federal Fluminense</p>	<p>Apresentar um aspecto da convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil, por meio de um estudo de caso na Universidade Federal Fluminense - UF</p>	<p>Os resultados evidenciaram que a UFF possui um nível elevado de adequação às NBCASP, pois cumpre, praticamente, todos os normativos e prazos-limite estabelecidos pelo CRC e pela STN. Verificou-se como dificuldade a falta de sistema para o cálculo da depreciação.</p>
<p><b>OLIVEIRA (2018)</b></p>	<p>As vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público no município de São Bernardo do Campo</p>	<p>Verificar como o Município de São Bernardo do Campo está realizando o processo de convergência às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, e quais as vantagens e dificuldades encontradas.</p>	<p>Diante de tais resultados a pesquisa revelou que as normas NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, NBC T 16.7 - Consolidação das Demonstrações Contábeis, NBC TSP 04 - Estoques foram atendidas, e que as normas NBC T SP 03 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, NBC TSP 05 - Contratos de Concessão, NBC TSP 07 - Ativo mobilizado e NBC TSP 08 - Ativo Intangível estão sendo aplicadas gradativamente, entretanto, há mudanças importantes como as NBC T 16.8 – Controle Interno e NBC T 16.11- Sistema de Custos que são complexas e necessitam um grande desempenho na implementação.</p>

<p><b>GÓMEZ-VILLEGAS, BRUSCA E BERGMANN (2020)</b></p>	<p>IPSAS in Latin America: innovation, isomorphism or rhetoric?</p>	<p>Analyses the driving forces for adopting or adapting IPSAS, as well as the obstacles and challenges in doing so.</p>	<p>The experiences and initiatives analysed in this paper will help managers and policy-makers to understand the relevance that adequate accounting systems have for public management, as well as the challenges that IPSAS implementation has in practice.</p>
<p><b>MARQUES, BEZERRA FILHO E CALDAS (2020)</b></p>	<p>CONTABILIDADE E AUDITORIA INTERNA NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC</p>	<p>Investigar e analisar a percepção de uma amostra de contadores públicos brasileiros sobre a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil, atualmente em processo de convergência com as normas da International Federation of Accountants (International Public Sector Accounting Standards).</p>	<p>Os resultados indicam que há necessidade de mudanças organizacionais, estruturais, sensibilização da alta administração, de competência técnica-profissional e culturais nos segmentos de contabilidade e auditoria interna dos entes públicos brasileiros visando atender à convergência. Os achados contribuem também para o debate e reflexão sobre o processo de amadurecimento e busca de soluções para adoção de uma contabilidade pública que atenda as demandas de informações dos mais diversos grupos de interessados (internos e externos).</p>
<p><b>MAIOR (2020),</b></p>	<p>A PARTICIPAÇÃO DO CONTROLE INTERNO NA ADOÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS: um estudo nas capitais brasileiras</p>	<p>Analisar a participação do Controle Interno (CI) nas capitais brasileiras na adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCPs), orientado pelo Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP).</p>	<p>O resultado indicou uma relação positiva com o valor da receita arrecadada, logo, quanto maior receitas possuem maior IGAPCP. Observou-se que os 11 itens analisados das LICICs, se repetidos para todas as capitais, representariam 286 repetições, porém apenas 27% de coincidências foram encontradas. Como exemplo, excetuando-se Aracaju e Teresina, as demais capitais estabelecem critérios de controle patrimonial, verificou-se que determinação sobre a adoção de Regime de Competência para avaliação patrimonial apresentou-se apenas em Goiânia, Campo Grande, Cuiabá, Natal e Rio de Janeiro 19% das LICIC.</p>

Fonte: Dados da Pesquisa (2021)

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipologia de pesquisa**

De acordo com Beuren (2012), é possível agrupar as tipologias de pesquisa em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

Quanto aos objetivos esse estudo será classificado como exploratório e descritivo. Esta pesquisa teve como objetivo buscar maiores informações a respeito da convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais, posteriormente os dados coletados serão analisados pela pesquisa descritiva. Segundo (GIL, 2009) a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a definição das características de determinada população ou então, o estabelecimento de relação entre variáveis.

Classificou-se a pesquisa como descritiva, pois foi descrito o estudo de análise de cunho documental fazendo um estudo de Universidades Públicas do Estado da Paraíba.

Esta pesquisa foi classificada como uma pesquisa quantitativa, pois o autor realizou cálculos através das análises de índices das demonstrações contábeis.

Quanto aos procedimentos, é de levantamento (survey) caracterizando como uma pesquisa documental, visto que, se utiliza de documentos disponibilizados em site para consulta e tratamento posterior.

No tocante a coleta de dados será realizada análise documental de dados secundários que correspondem às demonstrações contábeis consolidadas no tocante o Balanço Patrimonial – BP e as Notas Explicativas. Onde os documentos coletadas e analisados correspondem ao exercício de 2020.

A pesquisa documental, conforme Gil (2017, p. 29), “vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc.”.

Para a realização da pesquisa, foi realizada uma busca nos portais de transparência das Universidades Públicas do Estado da Paraíba, onde estão publicados os Demonstrativos contábeis, também foi realizada uma busca no site do CFC para a obtenção das NBCASP e MBCASP utilizadas na pesquisa.

Após a obtenção de todo o material, foi efetuada uma análise comparativa através de planilhas e tabelas sobre a conformidade entre as NBCASP e os demonstrativos em estudo quanto à adequação da divulgação destes.

### 3.2 Universo, população e amostra.

A população da pesquisa compreende as Universidades Públicas do Estado da Paraíba tanto as universidades federais quanto estaduais, justamente por se tratarem de entidades públicas, são obrigadas a adotar as NBCASP; que totaliza 04 entidades, a amostra foi definida de acordo com o número das universidades existentes, conforme mostrado nas figuras. A seleção da amostra se deu por método não probabilístico, definida por critério de acessibilidade.

**Figura 1 – Universidade Federal de Campina Grande**



Fonte: Site da Universidade Federal de Campina Grande. (2021)

**Figura 2 – Universidade Federal da Paraíba.**



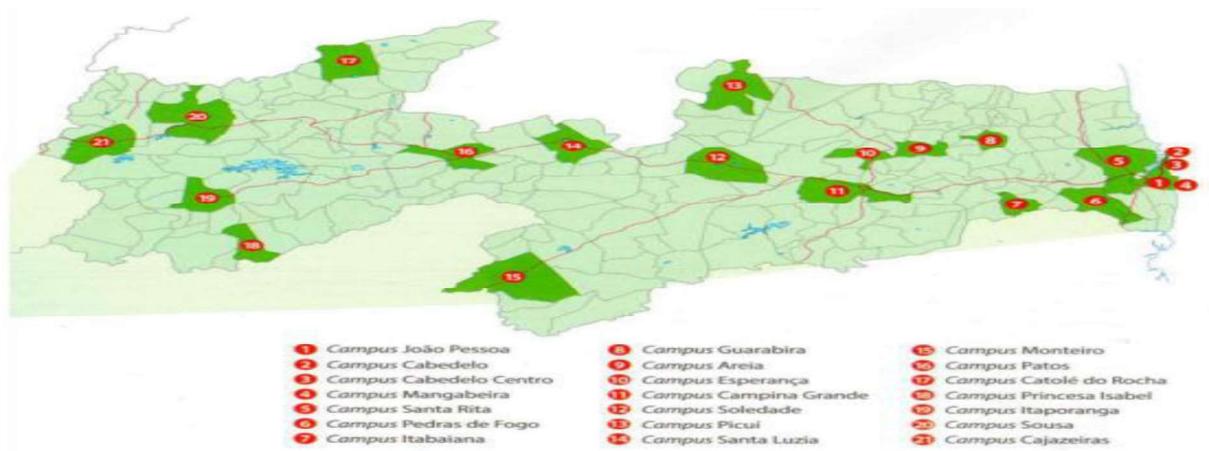
Fonte: Site da Universidade Federal da Paraíba. (2021)

**Figura 3 – Universidade Estadual da Paraíba**



Fonte: Site da Universidade Estadual da Paraíba. (2021)

Figura 4 – Instituto Federal da Paraíba



Fonte: Site do Instituto Federal da Paraíba. (2021)

### 3.3 Variação da Pesquisa

A análise do nível de convergência e das demonstrações contábeis será analisada a partir da elaboração de um *check-list*, modelo adaptado de Braga (2015), que conta com 10 itens avaliados, que são baseados nas exigências das NBC T SP 11 e 13 da respectiva IPSAS, que por sua vez apresentam as normas e suas adequações, avaliadas através de uma escala estruturada de três pontos, segundo os critérios a seguir:

(0) ponto para o não atendimento do item;

(1) ponto para atendimento parcial, como por exemplo, a obrigação de apresentação das demonstrações contábeis (NBC T SP 11 e 13), mas a instituição deixa de apresentar as notas explicativas; e,

(2) pontos para atendimento integral das exigências legais.

A referida escala utilizada será adaptada seguindo um modelo de escala *likert*, tendo como diferença a quantidade de ponto.

Assim, não será determinado um ponto neutro, mas sim um ponto intermediário entre o não atendimento e o atendimento integral do item a ser analisado.

Por fim, com relação ao método, será abordagem quali-quantitativo, onde o primeiro será referente à coleta, análise e interpretação dos dados sobre o nível de convergência às normas e ao manual de contabilidade a partir da análise das DCASP, e o segundo, para descrever a amostra com técnicas estatísticas, identificando índices e testar o Nível de Convergência Alcançado – NCA.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente tópico apresenta os resultados obtidos da análise de conformidade realizada para conhecer como está o processo de adequação das demonstrações contábeis do setor público às NBCASP aplicáveis. Para a divulgação dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2020.

Os itens contidos nas tabelas a seguir, são correspondentes aos itens das NBCASP, que estão apresentados nos quadros exibidos no referencial teórico, onde será estipulado uma nota para cada item onde 0 (zero) para não atendimento, 1 (um) para atendimento parcial e 2 (dois) para atendimento integral . De acordo com cada item da norma na sua conformidade.

**Tabela 1** – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 7 - As demonstrações contábeis devem ser divulgadas com a apresentação dos valores correspondentes ao período anterior.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB			X	100,00%
UFCG			X	100,00%
UFPB			X	100,00%
IFPB			X	100,00%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Tabela 1, segundo o que determina a NBC TSP 11 e 13 no Item Sete (7) onde determina que as demonstrações contábeis devem ser divulgadas com a apresentação dos valores correspondentes ao período anterior, no que diz respeito à divulgação do Balanço Patrimonial. As universidades públicas se encontram com um nível de conformidade integral de 100%, cujos Balanços Patrimoniais estão em total acordo com o item analisado da NBC TSP 11 e 13.

**Tabela 2** – Conformidade com a NBC TSP 11 e 13– Item 9- Para fins de publicação, as demonstrações contábeis podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB		X		50%
UFCG			X	100%

UFPB	X	100%
IFPB	X	50%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Tabela 2, que se trata da conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 9 onde estabelece que para fins de publicação, as demonstrações contábeis podem apresentar os valores monetários em unidades de milhar ou em unidades de milhão, devendo indicar a unidade utilizada, com um nível de conformidade de 100%, destaca-se UFCG E UFPB, cujos Balanços Patrimoniais estão de acordo com o item. A UEPB juntamente com o IFPB apresenta 50% de conformidade, considerando o ano avaliado as instituições em media conseguem divulgar suas informações contábeis conforme exigido pelas normas.

**Tabela 3 –** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13– Item 10 - Os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB		X		50%
UFCG		X		50%
UFPB			X	100%
IFPB		X		50%

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 3 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13– Item 10 onde estabelece que os saldos devedores ou credores das contas retificadoras devem ser apresentados como valores redutores das contas ou do grupo de contas que lhes deram origem. De acordo com essas informações a UFPB estão em conformidade total, seguido por UEPB, UFCG e IFPB que apresenta 50% de conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Itens 10.

**Tabela 4–** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13- Item 13- No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	

UEPB	X		0%
UFCG		X	100%
UFPB		X	100%
IFPB		X	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 4 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13 – Item 13 onde estabelece que no Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores. De acordo com essas informações a UFCG, UFPB e IFPB corresponde em sua totalidade de conformidade no item. Já UEPB não possui nenhum nível de conformidade analisado em relação à segregação dos valores dos resultados anteriores.

**Tabela 5 –** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 15- Os ativos devem ser classificados como “circulante” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: (a) estarem disponíveis para realização imediata; (b) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB			X	100%
UFCG			X	100%
UFPB			X	100%
IFPB			X	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 5 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13 – Item 15 onde estabelece que as contas dos ativos deve ser classificados como “circulante” quando satisfizerem a um dos seguintes critérios: (a) estarem disponíveis para realização imediata; (b) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis. Seguindo as informações dadas as Universidades públicas em sua totalidade 100% de conformidade no item 15 da NBC TSP 11 e 13

**Tabela 6–** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 16- Os demais ativos devem ser classificados como não circulante.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	

UEPB	X	100%
UFCG	X	100%
UFPB	X	100%
IFPB	X	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 6 que de acordo com a NBC TSP 11 E 13 – Item 16 onde estabelece que os demais ativos deve ser classificados como não circulante. As Universidades analisadas se encontram com um nível de conformidade de 100% cujos Balanços Patrimoniais estão de total acordo com o item 16 da NBC TSP 11 e 13.

**Tabela 7–** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 17- Os passivos devem ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios: (a) corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis; (b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB			X	100%
UFCG			X	100%
UFPB			X	100%
IFPB			X	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 7 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13 – Item 17 onde estabelece que as contas do passivos deve ser classificados como circulante quando satisfizerem um dos seguintes critérios: (a) corresponderem a valores exigíveis até doze meses da data das demonstrações contábeis; (b) corresponderem a valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for a fiel depositária, independentemente do prazo de exigibilidade. As Universidades públicas estão em sua totalidade em conformidade com o item analisado, cujos Balanços Patrimoniais estão de total acordo com o item 17 da NBC TSP 11 e 13.

**Tabela 8–** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 18- Os demais passivos devem ser classificados como não circulante.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB		X		50%
UFCG			X	100%
UFPB		X		50%
IFPB			X	100%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 8 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13 – Item 18 onde estabelece que os demais passivos deve ser classificados como não circulante. Com um nível de conformidade de 100% destaca-se a UFCG e o IFPB, cujos Balanços Patrimoniais estão de total acordo. Além disso, a UEPB e UFPB apresentam 50% em conformidade com o item 18 da NBC TSP 11 e 13.

**Tabela 9–** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 19- As contas do ativo devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade.

<i>Universidades Públicas</i>	<i>ANO 2020</i>			<i>Conformidade</i>
	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	
UEPB			X	100%
UFCG		X		50%
UFPB		X		50%
IFPB		X		50%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a tabela 9 que de acordo com a NBC TSP 11 e 13 – Item 19 onde estabelece que as contas do ativo deve ser dispostas em ordem decrescente de grau de conversibilidade; as contas do passivo, em ordem decrescente de grau de exigibilidade. Destacam-se com nível de conformidade de 100% a UEPB, cujo Balanço Patrimonial está de total acordo. Além disso, a UFCG, UFPB e IFPB se encontram com 50% de conformidade com o item 19 da NBC TSP 11 e 13.

**Tabela 10 -** Conformidade com a NBC TSP 11 e 13 – Item 41 - As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

<i>ANO 2020</i>
-----------------

<b>Universidades</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>Conformidade</b>
<b>Públicas</b>				
UEPB	X			0%
UFCG			X	100%
UFPB			X	100%
IFPB	X			0%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

Com relação à conformidade com a NBC TSP 11 e 13 o Item 41 onde determinam que as notas explicativas incluam os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações. Destacam-se com nível de conformidade de 100% a UFCG e UFPB onde foram encontrados as Notas Explicativas do ano estudado, já a UEPB e o IFPB não foi divulgado em análise.

**Tabela 11 – Nível de Convergência Geral das Universidades Públicas paraibanas.**

<b>Universidades Públicas</b>	<b>NBC TSP 11 e 13</b>										<b>Media</b>
	Item 7	Item 9	Item 10	Item 13	Item 15	Item 16	Item 17	Item 18	Item 19	Item 41	
	<b>CONFORMIDADE</b>										
UEPB	100%	50%	50%	0%	100%	100%	100%	50%	100%	0%	65%
UFCG	100%	100%	50%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	100%	90%
UFPB	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	50%	100%	90%
IFPB	100%	50%	50%	100%	100%	100%	100%	100%	50%	0%	80%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

A Tabela 10 mostra o nível de conformidade do Balanço Patrimonial e suas Notas Explicativas com as normas analisadas anteriormente. Com 90% de conformidades com os itens analisados anteriormente a UFCG e UFPB estão com um bom nível de convergência. Seguido pelo IFPB que possui 80% de conformidade com os itens da norma, NBC TSP 11 E 13, A UEPB possui o menor índice de conformidade com os itens da norma NBC TSP 11 e 13 que corresponde há 65%.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa foi conduzida com o objetivo de analisar se as Universidades Públicas paraibanas estão publicando o balanço patrimonial de acordo com a NBCASP. Esta pesquisa foi fundamentada no modelo de Braga (2015), o qual foi adaptado para criação do check-list que avaliou a adoção das NBCASP.

Os resultados encontrados demonstraram que apesar das exigências de adoção às Normas e dos prazos estabelecidos pela STN, o nível de convergência das instituições públicas de ensino superior ainda se encontra com um bom nível de convergências. Onde obteve um resultado satisfatório na pesquisa, perfazendo-se em um nível médio de convergência de 81,25%. O item que mais impactou nesse resultado foi à falha na apresentação de notas explicativas, a comparabilidade das informações apresentadas e a observância dos requisitos para elaboração dessas demonstrações no novo padrão, demonstrando falta de preparo dos profissionais que atuam na área e também adequação dos seus sistemas contábeis. Os resultados indicam que as instituições públicas de ensino superior ainda não conseguem evidenciar em sua totalidade as demonstrações contábeis no tocante ao Balanço Patrimonial, os fatos que afetam o patrimônio e suas mutações, ferindo assim o princípio da competência.

Diante do exposto, esperar-se que este assunto venha a ser objeto de estudos durante as próximas etapas de adoção gradual das NBCASP e quando esses métodos efetivamente forem aplicados, o que enseja mais uma vez, a necessidade eminente de se pensar em estudos que auxiliem nesse processo de adaptação à nova estrutura normativa da Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Para pesquisas futuras sugere-se analisar o processo de implementação da “Nova Contabilidade Pública”, em todas as universidades federais e estaduais, estabelecendo comparações, buscando identificar métodos inovadores que pudessem contribuir com o processo em outros órgãos governamentais.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. G. da S.; JÚNIOR, L. A. F.; MIRANDA, L. C.; VASCONCELOS, M. T. D. C.; LAGIOIA, U. C. T.. Análise das percepções dos profissionais contábeis de prefeituras municipais quanto à relevância das mudanças introduzidas pela adoção das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 82-97, 2016.

AQUINO, A. C. B., & NEVES, F. R. (2019). Efeitos de redes e atuação de fornecedores na adoção de novas práticas contábeis por municípios distantes. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, 12(3), 1–10.

ARAUJO, M. A. C. de. **Normas Brasileiras de Contabilidade Pública e sua adoção pelos estados e DF: Enfoque na evidenciação de estoques**. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal - RN, 2018, 64 f.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento Aplicado ao Setor Público: abordagem simples e objetiva**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 296 p.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CABELLO, O. G., BILANCIERI, M. V., & AZEVEDO, R. R. de. (2019). Conformidade inicial das normas de contabilidade aplicadas ao setor público no Brasil. **Revista Mineira de Contabilidade**, 20(3), 5–17. Disponível em: Acesso em: 20 de agosto 2021.

CASTRO, Mariana C. Coelho Silva. **CONVERGÊNCIA DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO AOS PADRÕES INTERNACIONAIS: análise da evidenciação pelos estados brasileiros e 55 pelo distrito federal belo horizonte 2016**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestre em Ciências Contábeis, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Contabilidade e Controladoria – Cepcon, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - Bh, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-ADMMCG>. Acesso em: 29 Maio 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **8º Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público está disponível para consulta**. 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/8o-manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-esta-disponivel-para-consulta/>. Acesso em: 16 out. 2019.

\_\_\_\_\_, Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.437/13**. Disponível em: [http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2013/001437](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/001437). Acesso em: 20 jun. 2021.

COSTA, A. de J. B.; NUNES, M. V.; ALMEIDA, A. P. de. A aplicação do manual de contabilidade aplicado ao setor público em municípios brasileiros: o caso do

município de Cristópolis no estado da Bahia. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 3, n. 2, 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GÓMEZ-VILLEGAS, M., BRUSCA, I., & BERGMANN, A. (2020). *IPSAS in Latin America: innovation, isomorphism or rhetoric?* **Public Money and Management**, 40(7), 489-498. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09540962.2020.1769374>. Acesso em: 10 de agosto 2021.

Kohama, H. (2015). **Balancos Públicos: teoria e prática**. (3. ed.). Atlas.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário **Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mar. 1964

LIMA, Diana Vaz de. **Orçamento, contabilidade e gestão no setor público**. São Paulo: Atlas, 2018. 363 p.

MAIOR, G. D. S. (2020). **A participação do controle interno na adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais**: um estudo nas capitais brasileiras. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

MARQUES, L. R., BEZERRA FILHO, J. E., & CALDAS, O. V. (2020). Contabilidade e auditoria interna no setor público brasileiro: percepção dos contadores públicos frente à convergência para as IPSAS/IFAC. **Revista de Contabilidade e Organizações**, 14, 1–12. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rco/article/view/161973>. Acesso em: 18 de julho de 2021.

Martins, E., Miranda, G. J., & Diniz, J. A. (2020). **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. (3. ed.). Atlas.

MOREIRA, Juliana S.; CORRÊA, Denise Maria M. C.; ALENCAR, Roberta C. de. CONVERGÊNCIA DA CONTABILIDADE PÚBLICA AOS PADRÕES INTERNACIONAIS: um estudo da adoção no imobilizado e intangível nas universidades federais brasileiras. In: ANPCONT, 2015, Curitiba - Pr. **Congresso Anpcont**. Curitiba-Pr: 2015. v. 9, p. 01-18. Disponível em: <http://anpcont.org.br/pdf/2015/CPT320.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2021.

OLIVEIRA, V.A & LEMES, S. (2011). Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. **Revista Contabilidade e Finanças**. 22(56), 155-173.

OLIVEIRA, S. C. C. de. **As vantagens e dificuldades na adequação às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público no município de São**

**Bernardo do Campo.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018. 63 f.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública.** 13 ed. São Paulo: Atlas, 2014. 157 p.

PRIETO, M. F; MARTINS, V.F. Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Pública no Brasil: Uma Análise nos Demonstrativos da União no Triênio 2010 a 2012. **RAGC**, v.3, n.5, p.01-22/2015.

ROSA, Wallace de Carvalho Lopes *et al.* Convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade:: um estudo de caso na universidade federal fluminense. **Pensar Contábil: 8ª EDIÇÃO DO PRÊMIO CONTADOR AMÉRICO MATHEUS FLORENTINO 2018**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, p. 41-51, 15 ago. 2018. Mensal. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3472>. Acesso em: 03 maio 2021.

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do setor público:** de acordo com as inovações das normas brasileiras de contabilidade técnicas aplicadas ao setor público. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTANA, G. S.. **O processo de implementação das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público:** desafios e perspectivas na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista - BA, 2016, 61 f. Santos, M. R. dos, & Peixe, B. C. S. (2020). Implementação da nova contabilidade pública na administração federal brasileira – sob a ótica da avaliação dos relatórios de gestão de 2018. In UFSC (Ed.), **10º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças (pp. 1–15).**

\_\_\_\_\_, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público: aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios.** Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. 8. Ed. - Brasília, 2019.

TESOURO NACIONAL. **MCASP.** 2019. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>. Acesso em: 03 out. 2019.